

**A AMAZÔNIA DE ADRIAN COWELL: A Década da Destruição
(1980 a 1990)¹**

**THE AMAZON OF ADRIAN COWELL: The Decade of Destruction (1980 to
1990)**

**L'AMAZONIE SELON ADRIAN COWELL: La Decennie de la Destruction (1980 a
1990)**

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Departamento de Geociências e PPGEIO na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.
gustavo.cepolini@unimontes.br / <http://orcid.org/0000-0003-1010-501X>

Recebido para avaliação em 05/08/2019; Aceito para publicação em 07/07/2020.

RESUMO

Nesse ensaio analisa-se a Amazônia revelada na obra cinematográfica de Adrian Cowell a partir de alguns elementos da série “A década da destruição”, os quais remetem ao arcabouço geográfico sobre as transformações territoriais recentes na Amazônia. Para isso, foi necessária a transcrição (decupagem) dos principais documentários da referida série para que as análises dos contextos abordados por Cowell permitissem reafirmar as estratégias e disputas envolvendo inúmeros destruidores e vítimas desse árduo processo histórico como indicado por Milanez (2013), Rios (2008) e Cowell (1990 e 2008). Trata-se, portanto, de uma leitura geográfica dos conflitos territoriais e ambientais materializados na Amazônia, envolvendo indígenas, posseiros, sem terra, seringueiros, entre outros povos e comunidades tradicionais imersos em conflitos e disputas; seja sob a égide da Ditadura ou Democracia os conflitos seguem vigentes.

Palavras-chave: Amazônia; Conflitos Territoriais; Documentários; Década da Destruição.

ABSTRACT

In this essay the Amazon revealed in the films of Adrian Cowell is analyzed from some elements of the series “The Decade of Destruction”, which refer to the geographic structure on recent territorial transformations in the Amazon. Thus, it was necessary to write down the main documentaries of this series, to facilitate the analyzes of the contexts covered by Cowell allowed and reaffirm the strategies and disputes involving countless destroyers and victims of this arduous historical process as indicated by Milanez (2013), Rios (2008) and Cowell (1990 and 2008). It is, therefore, a geographic interpretation of the territorial and environmental conflicts materialized in the Amazon, involving indigenous people, squatters, landless, rubber tappers, among other peoples and traditional communities, immersed in conflicts and disputes, whether under the aegis of the Dictatorship or Democracy conflicts are still ongoing.

Keywords: Amazon; Territorial Conflicts; Documentaries; Decade of Destruction.

RÉSUMÉ

¹ Trabalho oriundo da tese de doutoramento defendida em 2018 na Universidade de São Paulo com financiamento parcial da CAPES.

Dans cet article on analyse l'Amazonie qui apparaît dans l'œuvre cinématographique d' Adrian Cowell. Cela est fait à partir de quelques éléments de la série – La décennie de la destruction – qui renvoient au cadre géographique des transformations territoriales les plus récentes dans l'Amazonie. Il a fallu faire auparavant le découpage des principaux documentaires de la série pour que les analyses des contextes qui apparaissent en Cowell permettaient de réaffirmer les stratégies et les litiges entre les innumérables destructeurs et les victimes de ce procès historique difficile indiqué par Milanez (2013), Rios (2008) e Cowell (1990 e 2008). Il s'agit donc d'une lecture géographique des conflits territoriaux et environnementaux matérialisés dans l'Amazonie et qui concernent les indigènes, les "posseiros", les sans-terre, les manipulateurs de caoutchouc et d'autres peuples et communautés traditionnelles plongés dans des conflits et querelles, soit sous la dictature, soit sous la démocratie.

Mots-clés: Amazonie; Conflits Territoriaux; Documentaires; Décennie de la Destruction.

INTRODUÇÃO

“O que o acervo registrou foi a maior incineração de matéria orgânica feita pelo homem na história do mundo” Adrian Cowell (2008, p. 09).

A Década da destruição proposta por Adrian Cowell (1934-2011)² não se findou na Amazônia brasileira. Trata-se, portanto, de uma constatação a partir da análise conjuntural da sua obra cinematográfica em consonância com o arcabouço geográfico sobre as transformações territoriais recentes na Amazônia. Os documentários que compõem a referida série permitem reafirmar as estratégias e disputas envolvendo inúmeros destruidores e vítimas desse árduo processo histórico como indicado por Milanez (2013) e Ferreira (2018).

Assim, as reflexões ora apresentadas estão orientadas, sobremaneira, pelos relatos de Cowell (1990) que versam sobre a construção dessa série, assim como pelos documentários que concentram os contextos e conflitos, sobretudo, de Rondônia, Acre, Pará e Goiás/Tocantins e remetem aos indígenas Uru Eu Wau Wau, colonos, seringueiros, posseiros, madeireiros, políticos, entre outros sujeitos sociais e econômicos em conflitos no campo brasileiro. Tratam-se de disputas e tensões em territorialidades acentuadas no decorrer da década de 1980 que continuam repercutindo na Amazônia e, conseqüentemente no Brasil, pois a década de destruição não se findou; pelo contrário, segue vigente agora sob a égide da “democracia”.

² Adrian Cowell nasceu em Tongshan - China, em 2 de fevereiro de 1934, e, de acordo com o acervo da Biblioteca da Universidade de Washington (EUA), pode-se verificar que tenha nascido na cidade de Tientsin (também conhecido como Tianjin) onde seu pai, o britânico Edmund Cowell, trabalhou na indústria de mineração de carvão. Ressalta-se que Cowell estudou na Austrália e na Inglaterra, onde se graduou em História pela Universidade de Cambridge, em 1955 (COWELL, 1990b). Seu trabalho levantou questões ambientais e sociais perturbadoras, levando a ações corretivas do governo e organizações não governamentais. Concentrou-se em duas áreas de investigação: os efeitos da industrialização e migração sobre os povos indígenas da região amazônica e as políticas globais de cultivo do ópio no Sudeste Asiático (ADRIAN COWELL FILMS, 2017; tradução nossa).

Nesse sentido, os esforços teórico-metodológicos que sustentam as análises remetem à junção do Cinema, Amazônia e Questão Agrária, ou seja, uma tríade indissociável para compreender os conflitos territoriais que marcam a história da Amazônia e do país.

A partir dessa breve contextualização sobre alguns percursos da pesquisa, enfatiza-se que a mesma visa contextualizar o legado da série – A Década da Destruição (1980-1990) – que, além de registrar um momento histórico importante para o país e, sobremaneira, da Amazônia Legal, permite uma ampla leitura sobre as disputas territoriais, as quais ancoram-se em quatro dimensões indissociáveis, a saber: comprovar que seu acervo cinematográfico é o maior sobre a Amazônia; o segundo versa sobre os intensos e atuais registros dos conflitos no campo; o terceiro remete ao papel das políticas públicas territoriais na Amazônia em consonância com a teoria dos conflitos agrários envolvendo indígenas, posseiros, sem terras, camponeses, entre outras populações extrativistas/tradicionais e, por fim, a última dimensão indica uma contribuição pedagógica, ou seja, os documentários como instrumento de pesquisa, linguagem, denúncia e recurso político-pedagógico para as escolas (FERREIRA, 2018).

ADRIAN COWELL E A AMAZÔNIA REVELADA: A Década da Destruição

“Aprendi português com os índios do Xingu, Raoni foi um dos meus professores. Agora ele é o chefe e está reclamando da minha gramática!” Adrian Cowell (2008, p. 2).

A trajetória de Adrian Cowell na Amazônia não se inicia na década de 1980. Trata-se de um histórico mais amplo de 50 anos de filmagens e vivências respaldadas num exímio compromisso com as populações que acompanhou. A partir desse pressuposto, Cowell conseguiu filmar entre 1958-2008, o que lhe proporcionou algumas situações memoráveis, tais como visitar o acervo e áreas filmadas, sobretudo, no Acre, através de lideranças como Chico Mendes, Marina Silva, entre outros.

Dito isso, é latente reafirmar que a sua série com maior repercussão foi – A década de destruição, compreendida entre 1980 a 1990, cuja projeção atingiu cinco continentes e mais de 80 países, conforme pode-se verificar na figura a seguir de divulgação do IGPA.

Figura 1 – Material de divulgação da Série – A Década da destruição



Fonte: IGPA PUC Goiás. Disponível em: <<http://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/publicacoes/producoes-audiovisuais/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

A indicação do seu acervo referente à Década da Destruição, por vezes atrela-se aos prêmios e demais repercussões internacionais, sobretudo, em defesa dos povos da floresta e também da problemática ambiental e territorial que os envolvia.

A construção da “década da destruição” ser compreendida a partir de uma política econômica mundializada, cujas matrizes remetem ao Consenso de Washington. Kitamura (2011, p. 25), enfatiza que:

Na década de 1980, a ideologia desenvolvimentista fracassou diante da crise financeira e, sob as ordens expressas pelo Consenso de Washington, criou-se um cenário ideal para que o neoliberalismo desferisse, sob o comando de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, as suas políticas econômicas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Fórum Econômico Mundial de Davos.

A chegada desse estranho, “nada estranho”, e portador de um poderio econômico singular, fez com que a Amazônia fosse palco de uma proposta de modernização perversa, respaldada no falacioso argumento de baixa densidade demográfica, rica em recursos naturais, entre outros. Assim, década após década a Amazônia vivencia políticas desenvolvimentistas – entreguista, na leitura ora realizada que agravou sobremaneira os conflitos territoriais.

O historiador Rostoldo (2014) apresenta uma indagação importante: Brasil: 1979-1989 uma década perdida?. Para pautar as respostas é necessário compreender a transição entre o fim da Ditadura à redemocratização no país em consonância com o contexto de Guerra Fria. Do ponto de vista econômico, o autor indica que se constata graves

desequilíbrios e dúvidas, ganhando voz com a imprensa ao indicar, apenas do ponto de vista macroeconômico, como uma década perdida, sem avaliar outros indicadores, reduzindo, assim, as análises conjunturais, sobretudo, aquelas advindas dos movimentos sociais e sindicais nas transformações em prol da redemocratização, da campanha pela Anistia Política e eleições vindouras para Presidência da República.

Por fim, reforça o ideário de um projeto em construção para o futuro do país a partir desse momento conflitivo. E, a partir dos elementos qualitativos advindos dos movimentos populares, da produção cultural e artística, dos indicadores sociais em prol da redemocratização com a nova Constituição de 1988, afirma que: “[...] não foi uma “década perdida”, como normalmente a ela se referem. O Brasil passou por profundas mudanças e transformações que não confirmam esse rótulo” (ROSTOLDO, 2014, p. 151).

Nesse sentido, a década da destruição, seja ela econômica, social, ambiental, entre outras, permite retomar o trabalho de Adrian Cowell e sua equipe como um importante projeto de cunho nacional e internacional. O primeiro por organizar um acervo histórico, o segundo atrelado às denúncias internacionais em prol da defesa da Amazônia e seus povos.

Stella Penido (2006, p. 05) sintetiza de forma eloquente a década da destruição e reafirma que:

[...] o projeto já se chamava A Década da Destruição, já com a visão “mega” que ele tinha e ao mesmo tempo [o senso de] a importância, sempre conectado com a questão dos índios e das lideranças populares. Ele [Cowell], na época de 1970, faz uma campanha na Europa indicando os irmãos Villas-Bôas para o Prêmio Nobel da Paz, para dar visibilidade ao projeto do Parque do Xingu. Nós estávamos em uma época de ditadura, então, era importante essa visibilidade dos Villas-Bôas internacionalmente.

Essa frequente preocupação com as populações filmadas é fundante na sua obra cinematográfica. Assim, buscava respaldá-las de diferentes formas, ora indicando-as para prêmios, ora resguardando as imagens e/ou apresentando-as para determinados públicos no exterior que poderiam auxiliar nessas questões e/ou como estratégia de conscientização e educacionais— como exemplo destaca-se a “Década da destruição para as escolas”.

Na figura a seguir é possível verificar a imagem de abertura dos documentários que compõem a Série – A Década da Destruição. São tons de vermelho, árvores queimando, muita fumaça sob a trilha sonora de Villa-Lobos.

Figura 2 – Abertura dos documentários da série – A década da destruição



Fonte: IGPA/PUC Goiás.

Essa visão, por vezes catastrófica, aliada à música instrumental de Villa-Lobos, remete ao cenário nebuloso e tenso registrado no decorrer da sua série. E, talvez em função da eleição de Collor e na nomeação de José Lutzenberger³ (1926-2002) para a Secretaria Especial do Meio Ambiente, alguns documentários encerram-se com uma mensagem otimista sobre a possível ação para combater o desmatamento e os demais inimigos dos povos da Amazônia.

Os documentários dessa série estão atrelados ao mundo do documentário inglês, ou seja, sem encenações; Cowell e sua equipe estão filmando no momento exato como aconteceu, sem encenações e/ou roteiros previamente elaborados. Os documentários que compõem essa série e suas respectivas sinopses são:

³ “Foi convidado por Cowell a participar das filmagens, atuando como narrador de um dos documentários. Depois de trabalhar no exterior durante 13 anos para a multinacional agroquímica BASF, Lutzenberger retornou a Porto Alegre-RS, onde foi um dos fundadores e primeiro presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), em abril de 1971. A defesa da Amazônia, bem como a luta contra os agrotóxicos, desde o início da AGAPAN, tornou-o ambientalista conhecido internacionalmente. Por sua atuação, recebeu o Prêmio Nobel Alternativo (*The Right Livelihood Award*), em 1988. Foi Secretário do Meio Ambiente no governo Collor, 1990-92, e criou a Fundação Gaia, em Pantano Grande-RS, para promover a agroecologia e educação ambiental, em 1987. Lutzenberger possuía extensa atuação contra o uso de agrotóxicos na agricultura e os métodos da “revolução verde” em geral” (PEREIRA, 2017, p. 27).

Quadro 1 – Documentários da Série – A década da destruição (1980 a 1990)

DOCUMENTÁRIO	SINOPSE
O CAMINHO DO FOGO (1984, 52 min.) ⁴	Este filme é sobre os colonos que estavam se estabelecendo no território dos Uru Eu WauWau. Os índios foram dizimados por epidemias e 60-80% deles morreram até o final da década de 1980. Contudo, para os colonos, não foi muito melhor. O solo ali era tão ruim que, após seis anos, 60% da terra que eles haviam desmatado e plantado, com tanto entusiasmo, já tinha sido abandonada.
NA TRILHA DOS URU EU WAU WAU (1984/1990, 52min.)	Este filme mostra o primeiro contato com os índios Uru Eu Wau Wau, pressionados pelo desenvolvimento em Rondônia, que atraía cada vez mais lavradores do sul do país para o estado. Impulsionados a penetrarem na floresta, os colonos se aproximavam cada vez mais desta tribo. Nessa conjuntura, o rapto de uma criança branca pelos Uru Eu Wau Wau aumenta o rancor dos colonizadores contra os índios, vistos como uma barreira ao desenvolvimento. Paralelamente, a FUNAI organiza uma expedição para contatá-los, com o objetivo de protegê-los do avanço dos brancos sobre seu território.
NAS CINZAS DA FLORESTA (1984/1990, 52 min.)	A partir da construção da BR 364, em Rondônia, e da ‘estrada de penetração’ 462, o filme traça um panorama abrangente, apresentado por José Lutzemberger, de como a política do governo brasileiro para ocupação da Amazônia, na década de 1980, levou à degradação de enormes áreas de florestas neste estado.
MONTANHAS DE OURO (1988/1990, 52 min.)	Neste documentário, Adrian Cowell analisa a dinâmica econômica, social e ambiental na província mineral mais rica do planeta – Carajás. Os conflitos e contrastes entre a atuação da empresa, dona da concessão, e a dos garimpeiros. A ascensão e queda da produtividade, no garimpo de Serra Pelada, o crescimento exponencial da produção industrial ao longo da década de 80 e o rastro de destruição deixado na floresta ao redor.
CHICO MENDES – EU QUERO VIVER (1989/1990, 40/50 min.)	O filme mostra a trajetória de Chico Mendes, líder seringueiro no Acre, em defesa da Amazônia. Com registros feitos entre 1985 e 1988, acompanha-se Chico Mendes na organização dos seringueiros em defesa da floresta, no nascimento da Aliança dos Povos da Floresta, e na luta pela demarcação das primeiras Reservas Extrativistas na Amazônia. O filme mostra, ainda, a trama armada para seu assassinato e as repercussões no Brasil e no mundo.
TEMPESTADES NA AMAZÔNIA (1984, 26 min.)	Enfoca a tese de doutoramento do Dr. Eneás Sallati (ex-diretor do INPA), discorrendo sobre as questões climáticas da floresta amazônica. Busca saber se a floresta é consequência do clima ou o clima é consequência da floresta. Ele explica como a floresta gera 50% de sua própria chuva. Isto significa que o desmatamento não somente reduzirá a quantidade de chuvas da Amazônia, mas também da região central do Brasil.
FINANCIANDO O DESASTRE Parte I – com o colono Renato Parte II – com José Lutzemberg Parte III – com Chico Mendes (1987, 76 min.)	Aborda, de maneira crítica, a política ambiental do Banco Mundial para a Amazônia, enfocando a devastação feita sob seu financiamento para o POLONOROESTE com depoimentos do colono Renato e sua família, do ambientalista José Lutzemberger e com o seringueiro Chico Mendes.

⁴ Foi substituído pelo documentário – Nas cinzas da floresta (1990).

<p>A MECÂNICA DA FLORESTA (1984, 26 min.)</p>	<p>O zoólogo Rob Bierregaard e a botânica Judy Rankin explicam os “mecanismos” da floresta e quantas espécies são interdependentes de outras espécies para sua sobrevivência.</p>
<p>MATANDO POR TERRAS (1990/2011, 52 min.)⁵</p>	<p>Rodado na fronteira leste da Amazônia, ao longo da rodovia Belém Brasília, em 1986, período em que foram assassinadas mais de 100 pessoas. Grandes fazendeiros, prestes a perder benefícios adquiridos durante o governo militar, contratam pistoleiros para expulsar grupo de sem-terra acampado. Casas queimadas, assassinatos, famílias expulsas: fatos que levam à retaliação dos sem-terra com queimada de pastos e protestos, forçando os pistoleiros a abandonar o local e à partilha das terras por intermédio do INCRA. Contudo, a eficácia de tais medidas só dura até o assassinato de mais dois sem-terra e de uma criança de três anos. Nem mesmo a polícia ousa enfrentar os assassinos, e a justiça libera os mandantes do crime por falta de evidências. Uma entrevista com o pistoleiro mais famoso da região, conhecido por ter assassinado mais de 300 pessoas, deixa evidente que a justiça não alcança pistoleiros e latifundiários.</p>

Fonte: IGPA/PUC Goiás. Disponível em: <<http://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

São nove documentários com versões de 1984, 1987, 1988, 1990 e 2011, os quais revelam a saga amazônica através de imagens acuradas, as quais dialogam com os estudos e pesquisas de Adrian Cowell. Como exemplo fundante, ressalta-se seu livro homônimo – *The decade of destruction* (1990), a partir de um mosaico desse grande desastre de incineração da floresta amazônica. Por isso, seus filmes constroem esse mosaico e despertam para uma leitura rigorosa sobre os processos territorializados na região (FERREIRA, 2015, 2016, 2017 e 2018). Nos quadros a seguir destacam-se o sumário da referida obra, bem como algumas datas sobre o desenvolvimento da Amazônia brasileira a partir das pesquisas realizadas por Cowell.

Quadro 2 – Sumário da obra: *The decade of destruction* (1990)

CONTEÚDO
Introdução
1 No coração da floresta
2 A vanguarda do desenvolvimento
3 O surgimento da fronteira
4 Fome de terra
5 O significado de El Dorado
6 Chico Mendes e a alternativa dos seringueiros
7 A década do Meio Ambiente
Epílogo
Datas sobre o desenvolvimento da Amazônia brasileira
Agradecimentos
Endereço e outras informações sobre os povos da floresta

Fonte: (COWELL, 1990, p. 09; tradução nossa).

⁵ A versão brasileira é de 2011.

Quadro 3 – Datas sobre o desenvolvimento da Amazônia brasileira

Ano	ACONTECIMENTOS
Por Rio	
1541	Orellana navega pela Amazônia.
1616	Os portugueses encontram Belém.
1870	O <i>boom</i> da borracha.
1876	Wickham leva sementes de seringueiras para Kew Gardens, onde são desenvolvidas para plantações.
1911-19	O preço da borracha cai sob a concorrência da borracha barata de plantações da Malásia.
1926	Henry Ford tenta plantação de borracha na Fordlandia.
1940s	O comércio de borrachas revive com o financiamento da guerra dos Estados Unidos.
Por Terra	
1943	A Fundação Brasil Central lança a Expedição Roncador-Xingu.
1956	Juscelino Kubitschek inicia sua nova capital, Brasília, na bacia hidrográfica da bacia amazônica.
1957-60	Juscelino Kubitschek constrói duas estradas de desenvolvimento na Amazônia – ao norte Belém-Brasília e para oeste a Brasília-Porto Velho.
1958	A Expedição Roncador-Xingu completa sua cadeia de pistas de pouso em todo o sul da Amazônia.
1964	O governo militar pavimenta a rodovia Belém-Brasília.
1966	Daniel Ludwig inicia o Projeto Jari.
1967	Presidente Medici lança a rodovia Transamazônica e o esquema de colonização.
1970	INCRA inicia a colonização em Rondônia.
1971	As estradas BR080 e BR163 cortaram o Parque do Xingu e Cachimbo a caminho de Santarém.
1970s	Booms na prospecção no Oeste de Rondônia e prospecção de ouro no Rio Tapajós no entorno de Itaituba.
1980	A dragagem de ouro começa no Rio Madeira e o ouro é descoberto na Serra Pelada.
	A organização indígena, a União das Nações Indígena é fundada.
1981	O Banco Mundial empresta quase um bilhão de dólares para o Projeto Polonoroeste.
1984	A estrada BR 364 de Cuiabá a Porto Velho é pavimentada.
	A barragem de Tucuruí começa a gerar energia elétrica.
1985	A ferrovia de Carajás começa a exportar minério de ferro.
	O Banco Mundial suspende os pagamentos do empréstimo para o Polonoroeste enquanto não sejam retomados os processos para demarcação da reserva Uru Eu Wau Wau.
	A estrada BR429 passa pelo Vale do Guaporé.
	O Conselho Nacional de Seringueiros é fundado.
1986	A campanha pública da Floresta Tropical é lançada e a Aliança dos Povos da Floresta Amazônica é formada.
	Início da pavimentação da extensão da estrada BR364 de Porto Velho a Rio Branco.
1987	Barber Conable, o Presidente do Banco Mundial, admite erros relacionados

	com o empréstimo ao Polonoroeste.
1988	A barragem de Balbina começa a gerar eletricidade perto de Manaus.
	As primeiras fontes de ferro-gusa são inauguradas ao longo da estrada de ferro Carajás.
	A primeira reserva extrativista é anunciada em São Luís de Ramanso.
	Chico Mendes é assassinado.
1989	A barragem de Samuel começa a funcionar próximo de Porto Velho.
	IBAMA tenta controlar o desmatamento, localizando incêndios nas fotografias tiradas pelo satélite NOAA II.
	A reserva Uru Eu Wau Wau é rescindida.
1990	O governo do presidente Sarney cria a reserva Chico Mendes com um milhão de hectares

Fonte: (COWELL, 1990, p. 209-211; tradução nossa).

Esses dois quadros elucidam que Adrian Cowell tinha uma rotina importante de pesquisa, que justificavam parte desse engajamento para ir a campo e filmar com tamanha precisão a Amazônia e as inúmeras temáticas conflitivas que a envolve. Vincent Carelli (2008), ao analisar sua obra cinematográfica durante a Mostra de filmes Amazônia segundo Adrian Cowell - 50 anos de cinema, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 2008, indica que a Amazônia foi mudando seus dilemas, e Cowell foi embarcando em todas essas mudanças. Por isso, enfatiza que:

Ele lida com essa linguagem, mas a mensagem que ele traz é superimportante. Eu acho que infelizmente toda essa trajetória dele na Amazônia, todo esse retrato que ele fez da Amazônia foi pouco visto no Brasil. Quando ele fez *A Década da Destruição* houve um esforço maior de divulgação, foi distribuído em festivais, isso foi um pouco mais visto no Brasil, na época (ANAIS MOSTRA, 2008, p. 16).

A partir desse contexto, concorda-se com Carelli sobre a divulgação incipiente dos documentários de Cowell no Brasil e, por isso, remete há uma intrínseca possibilidade e legado de rever seus trabalhos e, sobretudo, divulgá-los a partir de uma análise geográfica de uma Amazônia revelada.

Cowell (1990), ao iniciar o Capítulo 3 – O surgimento da fronteira, elenca alguns desafios para a Amazônia a partir dos anos de 1970: como exemplo menciona a Rodovia Transamazônica até o Peru e o Programa de Integração Nacional (PIN)⁶ sob o pretexto de que se tratava de “terras sem homens para homens sem terra” e, assim, visa colonizar algumas áreas com 100 mil famílias ao longo de cinco anos.

Sobre esse cenário, Cowell (1990, p. 93) indica que:

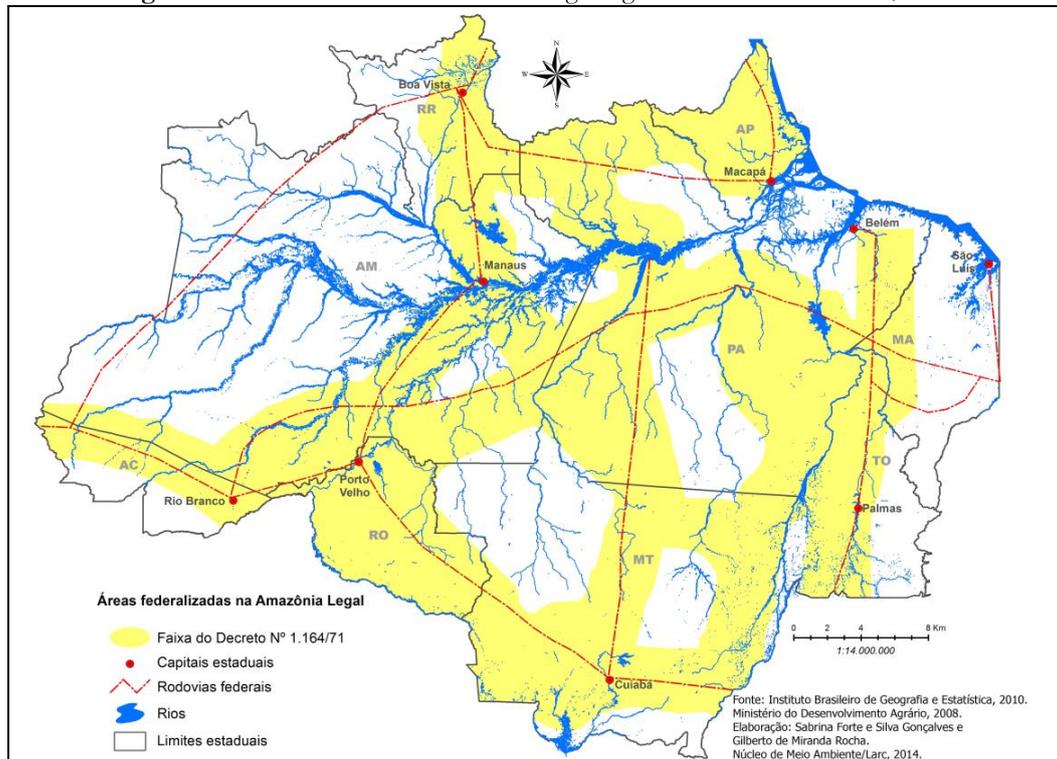
⁶ Decreto nº 1106 de 16 julho de 1970, criado pelo regime militar e assinado por Médici (1969-1974).

No final de 1974, apenas 5.717 famílias haviam sido assentadas nos projetos de colonização, das 100 mil projetadas, e delas, 17% já abandonaram suas terras. E assim, no meio da década, o governo mudou sua posição, mais uma vez dando maior ênfase às grandes fazendas como meio de desenvolvimento da floresta (tradução nossa).

Essa constatação mostra nitidamente que a colonização implementada pelo regime militar trata-se de uma contrarreforma agrária e fomentou uma reconcentração das terras públicas num segundo momento. Nesse sentido, a cobiça pelo Norte, como proposto por Asselin (1982), remete à constante grilagem das terras na Amazônia e a proliferação de conflitos e chacinas.

Dessa maneira, a legitimação da integração nacional na ótica dos militares segue com a sobreposição de territórios, e o Decreto-Lei nº 1164 de 1 de abril 1971 cumpre parte dessa função ao declarar “[...] indispensáveis à segurança nacional e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal” (OLIVEIRA, 1991, p. 78), conforme destacado no mapa a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Áreas Federais na Amazônia Legal segundo o Decreto nº 1.164/1971



Fonte: Rocha; Gonçalves, 2017.

Assim, cabe inferir que tais medidas atrelam-se aos planos, de programas e de projetos de desenvolvimento regional, e, num segundo momento, revela que o INCRA passa a controlar as terras devolutas na faixa de 200 km dessas rodovias. Trata-se, portanto,

de um confisco do controle das terras devolutas por parte dos estados, e, simultaneamente, fortalece o Governo Federal com a nova legislação a descumprir os módulos previstos na lei como apregoado com tamanha precisão por Oliveira (1991).

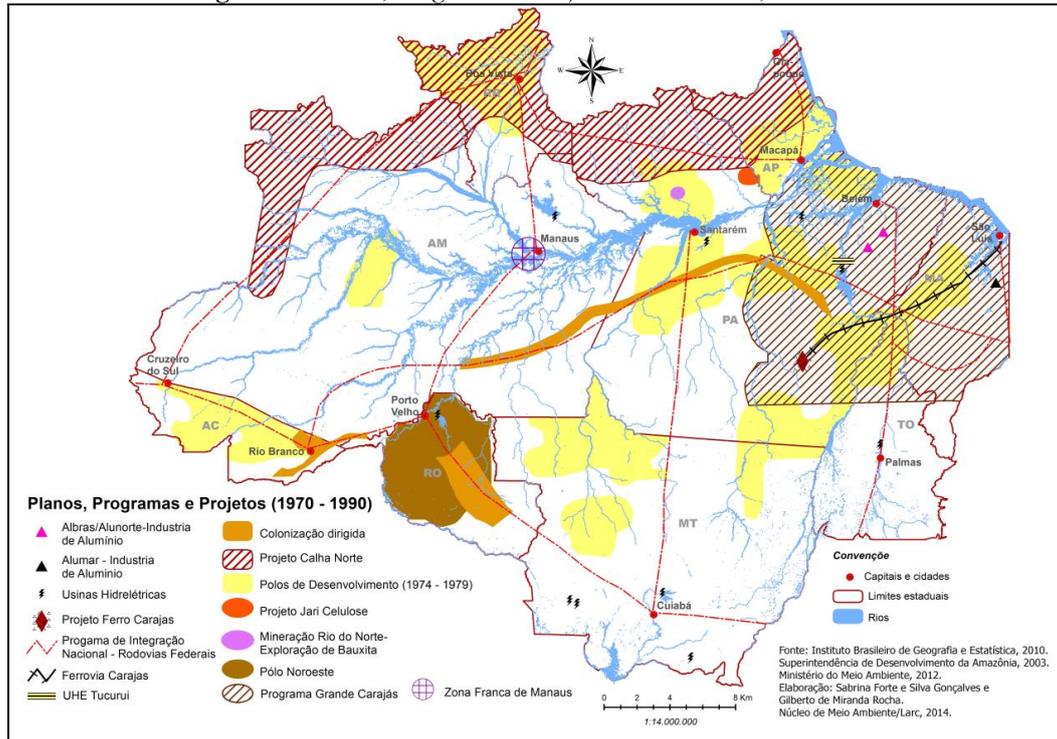
A partir dessas medidas pode-se indicar que o Estado passa a controlar as terras e as distribui através da colonização, entendida como um paliativo para solucionar os conflitos sociais, absorvendo os sem terra e “povoando” a fronteira, ou seja, são localidades estratégicas para ter mão de obra para os projetos vindouros, ou mesmo concomitantes ao PIN e PIC como enfatiza Becker (1996).

A política integração amazônica revela seu papel na divisão nacional e internacional do trabalho como fornecedora de matérias-primas, recursos naturais, madeira, minério, energia, além das *commodities* agropecuárias. Essas ações seguem sob o controle acirrado do território, para isso são criados novos órgãos fundiários – o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), os quais representam a ampla intervenção do INCRA e consolidam o processo de militarização da questão agrária no Brasil e, em especial, na Amazônia (MARTINS, 1984).

No mapa a seguir (Figura 2), evidencia-se o conjunto de Planos, Programas e Projetos criados no período compreendido entre 1970 e 1990 para a Amazônia Legal, os quais devem ser interpretados em consonância com as quatro políticas de ocupação da Amazônia Legal, a saber:

- **Eixos de desenvolvimento (1970):** projeção de estradas, áreas devolutas incorporadas ao Governo Federal e Polígonos de desapropriação.
- **Polos de desenvolvimento (1974):** agropecuária e mineração em 15 áreas prioritárias - POLAMAZÔNIA.
- **Programa Carajás (1980):** Programa Grande Carajás e Programa Ferro Carajás.
- **Projeto Calha Norte (1985):** área prioritária para ação imediata (BECKER, 1996).

Figura 2 – Planos, Programas e Projetos na Amazônia, 1970-1990



Fonte: Rocha; Gonçalves, 2017.

A leitura do mapa permite reafirmar que esses eixos da integração foram filmados por Cowell e sua equipe no decorrer nos anos 1980, como exemplo os documentários em Rondônia, Acre e Pará conseguem retratar a situação social dos conflitos em consonância com o financiamento desses projetos e ação do Estado. Trata-se de uma leitura de classes, cuja ação do capital monopolista capturou amplamente o aparelho estatal e criou as condições para “[...] monopolização das terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas da Amazônia. Tudo isso ocorreu e ocorre sob condições econômicas e políticas altamente agressivas e repressivas” (IANNI, 1979, p. 16).

A partir desse cenário há uma metamorfose sangrenta das terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas em terras griladas, fazendas, latifúndios, empresas nacionais e estrangeiras, as quais inibiram com o Golpe de 1964 a luta pelas reformas de base, e dessa ruptura emergem os conflitos latentes para internacionalizar sua economia (IANNI, 1979).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Adrian Cowell sempre esteve ao lado dos oprimidos, da população mais vulnerável, principalmente aquelas que dependiam do acesso direto ao ambiente para sobreviver. Os índios, os camponeses pobres, os seringueiros. Mas também os tibetanos ou povos da Birmânia que queriam ser independentes”. Felipe Milanez (2013, p. 320)

Essa luta ao lado dos oprimidos, na trincheira da resistência através das suas lentes, fez da sua obra cinematográfica um legado de territorialidades para a Amazônia e seus povos, bem como para o Brasil, sobretudo, ao registrar, denunciar e, posteriormente em 2008 doar esse magnífico acervo para o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) vinculado à PUC Goiás. Por isso, no decorrer da série – A década da destruição, e, sobremaneira, no livro de Cowell (1990), a narrativa composta pelo território indígena, o desenvolvimento e o surgimento da fronteira indicam essa falácia da ocupação da Amazônia. Na sequência, os capítulos de Cowell versam sobre a “Fome de terra”, ou seja, os massacres contra os posseiros no Pará e também a busca de ouro em Serra Pelada e o Projeto Carajás, cujas marcas hoje remetem à condição social de milhares de migrantes em busca desse perverso “eldorado”.

Por fim, a proposta de Chico Mendes e dos seringueiros é apresentada em consonância com uma possível “década do meio ambiente” como apregoado por Cowell (1990, p. 201). Todavia, não foi possível visualizá-la na Amazônia. Assim, permite reafirmar o argumento de que a década da destruição proposta por Cowell ultrapassa qualquer limitação temporal, e, no contexto brasileiro, sobremaneira, amazônico, é perene, seja sob a égide da Ditadura ou da Democracia.

Nas palavras do próprio Cowell (1990, p. 206-7), saliento que sua visão de Amazônia foi construída a partir de uma intensa vivência,

E nos próximos 30 anos, a maneira que eu tenho tentado entender a floresta tem sido através de seu reflexo nas pessoas que vivem nela - por meio dos índios, seringueiros, garimpeiros. Mas agora, depois de três décadas, eu comecei a sentir que a visão deles levou-me não para alguma alma mística da Amazônia, mas simplesmente a uma consciência mais intensa da minha relação individual e social com a floresta (tradução nossa).

Essa visão de uma Amazônia revelada indica, portanto, “[...] que a fronteira é uma tela refletora para as pessoas que a enfrentam, nossas visões da floresta, todos nossos El Dorados e esquemas de desenvolvimento, dizem menos sobre a Amazônia e mais sobre nós mesmos e nossas necessidades” (COWELL, 1990, p. 207; tradução nossa).

Nesse contexto, a visão de Amazônia de Cowell não pode ser dissociada à vida e às trajetórias trilhadas por esse cidadão do mundo. Por isso, enfatizo novamente seu relato ao compreender a um só tempo as dinâmicas e desafios que marcaram sua obra cinematográfica, bem como o compromisso social com a Amazônia e seus povos:

É o paradoxo da Amazônia hoje, que um dia a floresta indestrutível, todopoderosa foi publicamente concebida como potencial terra à espera de ser desmatada, mesmo a floresta que resta sofre uma transformação sutil. Espécies,

ecossistemas inteiros, enormes vales podem ser salvos por leis que os transformem em reservas. Mas quando as cercas, guardas e patrulhas aéreas estão todos a postos, ocorre uma mudança imperceptível, mas essencial. **A grande floresta primitiva, resultado da evolução nua e concorrência desenfreada entre suas espécies durante milhões de anos, agora vai continuar a existir em determinadas áreas limitadas por causa de uma decisão de proteção feita pelo homem.** A Concorrência entre uma das espécies que habitam a floresta foi deliberadamente contida. O ecossistema em evolução vai, de fato, ser congelado em um museu de si mesmo como era nos anos 1980 [...] Por milhares de anos a floresta era absoluta e, portanto, sem defesas. Agora seu perigo é tão grande, que exige a aprovação de milhões de admiradores para preservá-la dos milhares que a consumiriam - que desejam converter árvores em carvão para fundição de ferro-gusa para exportação para a Europa. E assim, como o El Dorado original - fabricados pelos cronistas sacerdote dos conquistadores para apoiar sua busca de almas e de ouro - o novo El Dorado de escritores e cineastas de hoje só será parcialmente baseado no fato. Qual visão revela menos a floresta, do que a nossa atual esmagadora necessidade dela. **E a minha tem sido maior do que a maioria. Nos dias após a morte do meu filho e durante o nosso filme com Chico Mendes, comecei a escrever este livro, um tanto compulsivamente. Algumas manhãs eu acordava às cinco e, na cabana de algum seringueiro, com as costas contra a parede de madeira, a minha cabeça curvada sob folhas tabaco fracamente aromático penduradas num feixe, eu rabiscava compulsivamente quando Chico e Vicente roncavam pacificamente em suas redes na sala.** Na época, achava o motivo desta compulsão difícil de entender. Se questionado antes, eu teria imaginado que a morte de alguém que eu amava iria - de alguma forma - me fazer parar de escrever. Mas agora chego a pensar que era como Aruyave quando ele remou com o cadáver de seu irmão através dos juncos. **Não havia mais nada que pudesse fazer por seu irmão, e então ele cantou, e o que ele cantou foi sobre o mundo da floresta sobre ele, pois ele não sabia sobre mais nada** (COWELL, 1990, p. 208; tradução e grifo nosso).

Assim, a década da destruição foi sendo trilhada e marcada com os povos da floresta, justamente com os sem terras, garimpeiros entre outros despossuídos da sociedade brasileira, indo além da indicação de uma produção cinematográfica restrita às “Árvores e Gente” (ZHOURI, 2001) ao denunciar e, sobretudo, inserir na pauta nacional e internacional algumas propostas alternativas ao perverso desenvolvimento em voga para a Amazônia.

Assim, analisa-se uma Amazônia revelada nos seus documentários, bem como no livro homônimo – A década da destruição (COWELL, 1990), cuja tradução de alguns capítulos sustenta os argumentos apresentados em diálogo com outros referenciais advindos da ciência geográfica e também dos dados disponibilizados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, que versam sobre os conflitos no campo brasileiro. Por isso, reafirma-se que “a década da destruição” proposta por Cowell ultrapassa qualquer limitação temporal, pois constata-se que as terras públicas são constantemente griladas na Amazônia e em outras regiões do país e, estão, portanto, na base dos conflitos agrários, cujas marcas remetem às lutas de classes, conflitos ambientais e territoriais no seio da formação da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ADRIAN COWELL FILMS. **Home Page** – 2017. Disponível em: <<http://www.adriancowellfilms.com/home/4573826167>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ANAIS MOSTRA DE FILMES - **Amazônia segundo Adrian Cowell 50 anos de cinema**. Rio de Janeiro - 25/11/2008. Disponível em: <http://imagensamazonia.pucgoias.edu.br/pdf/DEBATES_RJ.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis, RJ: Vozes/CPT, 1982.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1996.

COWELL, Adrian. **The decade of destruction**. London: Headway, 1990.

_____. **The Decade of Destruction**: the crusade to save the amazon rain forest. New York: Henry Holt and Company, 1990b.

_____. **Mostra de filmes**: Amazônia segundo Adrian Cowell – 50 anos de cinema. Goiânia: IGPA, 2008.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. Desenvolvimento territorial na Amazônia: a década da destruição na obra cinematográfica de Adrian Cowell. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – EGAL, 15., 2015, Cuba. **Anais...** Cuba: Egal, 2015.

_____. Os conflitos fundiários e ambientais na obra cinematográfica de Adrian Cowell. In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 5., 2016, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros: Unimontes, 2016.

_____. Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia In: SINGA, 8., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Singa, 2017.

_____. **A obra cinematográfica de Adrian Cowell**: legado de resistências e territorialidades para a Amazônia. 2018. 526 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2018.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KITAMURA, Elisabeth Kimie. **Cinema, Meio Ambiente e Educação**: os conflitos socioambientais na representação fílmica de Adrian Cowell. 2011. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

MILANEZ, Felipe. Debates. In: **ANAIS MOSTRA DE FILMES** - Amazônia segundo Adrian Cowell 50 anos de cinema. Rio de Janeiro, 25/11/2008.

_____. Os inimigos de Adrian Cowell. In: FESTIVAL DO FILME DOCUMENTÁRIO E ETNOGRÁFICO - FÓRUM DE ANTROPOLOGIA E CINEMA, 17., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Festival, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas: Papirus, 1991.

RIOS, Vicente. Debates. In: **Anais eletrônicos Mostra de filmes - Amazônia segundo Adrian Cowell 50 anos de cinema.** Rio de Janeiro: Anais Mostra, 2008.

ROCHA; Gilberto de Miranda; GONÇALVES, Sabrina Fortes e Silva. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia brasileira. **Confins [Online]**, n. 30, fev. 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11665>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ROSTOLDO, Jadir P. **Brasil, 1979-1989: uma década perdida?** Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2014.

ZHOURI, Andréa. Árvores e gente no ativismo transnacional: as dimensões social e ambiental na perspectiva dos “campaigners” britânicos pela Floresta Amazônica. **Revista de Antropologia da USP**, v. 44, n. 1, p. 9-52, 2001.

Como citar este artigo:

ABNT

FERREIRA, G. H. C. A Amazônia de Adrian Cowell: A Década da Destruição (1980 a 1990). **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, e202018, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202018>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

APA:

Ferreira, G. H. C. (2020). A Amazônia de Adrian Cowell: A Década da Destruição (1980 a 1990). *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 6, e202018. Recuperado em 25 janeiro, 2020, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202018>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2020, Universidade Federal do Maranhão.

